



Critérios de Pesquisa:

Período: 01/06/2025 a 30/06/2025

Assunto: "PEC DA SEGURANÇA" OR "PEC N. 18, DE 2025"

Documento 1/2

106.2025	Sessão Ordinária - CD	16/06/2025-19:12
Publ.: DCD - 17/06/2025 - 52	Coronel Assis-UNIÃO -MT	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou o Governo Lula por priorizar conflitos no Oriente Médio enquanto negligencia a violência interna no Brasil. Destacou que, no ano anterior, foram registradas 38.722 mortes violentas no País e condenou a ineficácia da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 18, de 2025, de iniciativa do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública. Além disso, reclamou do aumento de 82% no preço do café em 12 meses e apontou que, além da falta de segurança e de estabilidade econômica, a população também enfrenta dificuldades para consumir itens como picanha e cerveja.

O SR. CORONEL ASSIS (Bloco/UNIÃO - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a hipocrisia da Esquerda brasileira é gigantesca. Infelizmente, o Governo Lula quer meter o bedelho em uma guerra que está acontecendo lá no Oriente Médio, mas se esquece da guerra que acontece aqui em nosso País todos os anos, todos os dias, a todo instante.

Trago só um dado para V.Exa., Sr. Presidente: no ano passado foram registradas 38.722 mortes violentas em nosso País. O que o Governo Lula fez? O que o Ministério da Justiça e Segurança Pública fez? Nada, a não ser apresentar uma "PEC água de salsicha", uma PEC que não vai levar nada a lugar nenhum.

Quero também deixar registrado que o preço do café subiu 82% em 12 meses. É um absurdo! Nem picanha, nem cervejinha, nem café, nem segurança e, agora, nem economia temos.

Governo Lula, tome vergonha na cara!

Documento 2/2

109.2025 Sessão Ordinária - CD 18/06/2025-11:44
Publ.: DCD - 19/06/2025 - Hildo Rocha-MDB -MA
65 BREVES BREVES
COMUNICAÇÕES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado comentou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública. Destacou que a criminalidade tem impacto direto na arrecadação pública, citando perdas bilionárias com contrabando de combustíveis, bebidas e mineração ilegal. Criticou a ausência de medidas efetivas na legislação para fortalecer o combate às organizações criminosas e cobrou atuação mais eficaz da segurança pública. Também defendeu que Guardas Municipais não substituam a Polícia Militar, apontando limites estruturais e de formação. Por fim, colocou-se à disposição para assinar emendas de colegas da área da segurança e afirmou que a PEC representa uma oportunidade de enfrentar de forma mais eficiente a criminalidade no País.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Deputada Adriana Ventura, que preside a sessão neste momento.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, quando o Governo Federal encaminhou a PEC da Segurança Pública, eu fiquei muito feliz.

Nós temos um grande problema no nosso País, problema que afeta a segurança pública. Este Parlamento, principalmente a Câmara dos Deputados, é composto em grande parte por especialistas em segurança pública: Deputados Federais e Deputadas Federais especialistas em segurança pública que, durante sua vida, têm exercido a profissão como policiais civis, policiais militares, policiais federais ou policiais rodoviários federais.

Eu entendi que, quando o Governo encaminhou a PEC da Segurança Pública, construída sob a liderança do Ministro Ricardo Lewandowski, ele o fez no sentido de encaminhar e abrir o debate na Câmara dos Deputados e, em seguida, no Senado.

Eu estou vendo, Sra. Deputada Adriana Ventura, que preside a sessão neste momento, apenas críticas à PEC da Segurança Pública. Eu não vejo, por parte destes membros da segurança pública, nenhuma atitude no sentido de apresentar propostas para melhorá-la. Não adianta apenas criticarmos: nós temos que produzir. É para isso que este Parlamento existe.

Nós temos vários Deputados Federais e Deputadas Federais que conhecem



profundamente a segurança pública, bem como a problemática e a forma de solucionar este grande problema que nós estamos vivenciando atualmente, problema, como eu disse, que afeta a segurança pública.

Quero pedir aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas que são da segurança pública e que a defendem que nós aproveitemos esta oportunidade para elaborar uma emenda à Constituição Federal que dê segurança pública ao povo brasileiro. A sociedade brasileira de vários Estados da Federação, acredito de todos eles, de norte a sul, de leste a oeste, colocou na Câmara dos Deputados representantes da Polícia Militar, da Polícia Civil, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária e até mesmo das Guardas Municipais.

Portanto, eu tenho certeza de que, pela *expertise* de V.Exas., delegados de polícia, policiais militares, policiais civis, nós vamos ter uma excelente emenda à Constituição Federal para trabalharmos melhor o combate à criminalidade.

Hoje a criminalidade está impactando fortemente a arrecadação dos tributos dos Estados, dos Municípios e da União. Para termos uma ideia, hoje 23 bilhões de litros de combustível, gasolina e *diesel* — repito: 23 bilhões de litros de combustível, Deputada Adriana Ventura —, são contrabandeados para o nosso País e estão sendo vendidos aqui sem que haja o recolhimento de nenhum centavo em imposto, nem de ICMS, nem de IPI, nem de PIS, nem de Cofins. Nenhum tributo! Tudo está sendo vendido nos postos "administrados" pelo Comando Vermelho, pelo PCC e por outras organizações criminosas estruturadas do nosso País. Em tempo, já são 85 as organizações criminosas que nasceram nas penitenciárias do nosso Brasil.

Eu entendo que este grupo de Parlamentares, que conhece muito de segurança pública, vai contribuir bastante. Depois que esta emenda à Constituição for aprovada, nós teremos elementos suficientes para que a segurança pública seja efetivamente realizada, de modo a combater a criminalidade no nosso País.

Eu fico muito feliz por ver que muitos destes Parlamentares fazem parte da CCJ, a Comissão de Constituição e Justiça. Acredito que, quando houver a Comissão Especial, todos os 48 Deputados e Deputadas Federais que se elegeram com o discurso da segurança e que são profissionais da segurança terão, cada um, uma proposta para melhorar a segurança pública.

Eu quero, nesta fala, colocar-me à disposição de todos os Deputados e Deputadas que vão apresentar emendas, as quais eu quero assinar, porque sei que S.Exas. conhecem a segurança pública.

Eu espero que este debate venha para o plenário, para que os Deputados comecem a apresentar propostas a fim de enfrentarmos a criminalidade.

Quero trazer outro dado, Deputada Adriana Ventura, pois sei que V.Exa. gosta de tratar do equilíbrio fiscal.

Hoje nós temos 14 bilhões de reais evadidos do nosso País, porque não são



pagos os tributos. Nós estamos deixando de receber estes 14 bilhões de reais em tributos por causa da mineração clandestina de ouro em nosso País. Isso tudo está saindo de forma clandestina do nosso País, e a segurança pública tem que atacar esta criminalidade. Organizações criminosas estão fazendo este tipo de mineração e levando o produto.

Além disso, há o contrabando de bebidas. Por onde elas entram? Será que ninguém vê isso?! Será que nossa segurança não consegue detectar as bebidas contrabandeadas?! São 78 bilhões de reais que deixam de ser recolhidos por causa do contrabando de bebidas em nosso País. Cadê a segurança pública? Onde está a segurança pública?

Pelo que eu entendo, às vezes falta dentro da nossa lei máxima algum dispositivo que faça com que nossos policiais, que são bons policiais, tanto os militares e os civis, como os federais, possam combater a criminalidade. O que eu consigo perceber é o aumento cada vez maior e o fortalecimento destas organizações criminosas. Portanto, este é o momento adequado para nós discutirmos e melhorarmos esta PEC.

Sra. Presidente, não é empurrando esta responsabilidade para os Municípios e para as Guardas Municipais que nós vamos resolver o problema da segurança pública. As Guardas Municipais e os Municípios podem contribuir, sim, para o monitoramento, para a segurança do patrimônio público, mas as Guardas Municipais não podem substituir a Polícia Militar, porque elas não estão preparadas para isso, não têm condições para isso. Elas não estão preparadas nem deverão fazer a segurança pública no lugar da Polícia Militar.

Sra. Presidente, solicito que este pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.